

A Contribuição do Exército Português para a OTAN

José Luís Pinto Ramalho

Coronel Tirocinado de Artilharia

Chefe da Divisão de Planeamento e Programação do EME

*Mestre em Estratégia pelo ISCSP/UTL e Professor dos Mestrados de Estratégia
e de Relações Internacionais, no ISCSP*

Em 1949, aquando da constituição da Aliança Atlântica, a Europa em termos militares não é mais do que uma “soma de fraquezas”. O sentimento que se foi criando no pós final da II Guerra Mundial é o de que as tropas soviéticas estão a menos de 48 horas das fronteiras francesas e de que a Europa Ocidental está, em termos militares, indefesa.

Até 1948 a União Soviética vai tirando partido da presença, no centro da Europa, dos “exércitos vitoriosos” da URSS e da actuação revolucionária dos movimentos comunistas nos governos designados de frente popular. Esta actuação torna-se mais explícita com a eclosão do “Golpe de Praga” em 22 de Fevereiro de 1948, caracterizando a natureza da ameaça que se perfila.

A primeira resposta europeia concretiza-se na assinatura do Tratado de Bruxelas em 17 Março de 1948, mas os seus outorgantes reconhecem ser indiscutível a fraqueza militar da sua organização e a incapacidade de se oporem a uma eventual atitude agressiva da URSS. A solução encarada foi a de recorrer à capacidade nuclear dos Estados Unidos para equilibrar a superioridade militar convencional soviética, através do estabelecimento de um pacto defensivo no Atlântico Norte que envolvesse não só os EUA mas também o Canadá.

Na procura daquela solução dois factos devem ser referidos. Em 11 de Junho de 1948 o Senado americano adopta a “Resolução Vandenberg”, que apoia o princípio de uma segurança colectiva com a Europa e, em 10 de Dezembro do mesmo ano, começam em Washington as negociações sobre um projecto de Tratado do Atlântico Norte, entre representantes das nações que compõem o Tratado de Bruxelas, do Canadá e dos EUA.

De salientar também que em 18 de Março de 1949 são convidados formalmente para aderirem ao Tratado os seguintes países: Dinamarca, Irlanda, Itália, Noruega e Portugal. Subjacente a este convite existe a perspectiva da importância estratégica para a Aliança, no que diz respeito à utilização de bases na Gronelândia e nos Açores.

Concretamente, o potencial militar na Europa, no período de 1945 (final da guerra) até 1949, data da concretização do Tratado do Atlântico Norte, podia ser caracterizado da seguinte forma:

- Após a rendição da Alemanha os aliados iniciaram a desmobilização e, de um efectivo das forças aliadas na Europa de cerca de 5 milhões de homens, um ano mais tarde, restam cerca de 800.000 (391.000 dos EUA e 488.000 do Reino Unido), situação que não se verificou do lado da

- União Soviética, que não altera o estado de prontidão das suas forças militares, nem o ritmo das suas indústrias de armamento. Em 1946 as forças soviéticas cifram-se em cerca de 6 milhões de homens;
- À data da assinatura do Tratado do Atlântico Norte, os seus fundadores conseguem reunir pouco mais do que cerca de 20 Divisões, em que a maior concentração de forças terrestres e aéreas, se encontra estacionada na Alemanha Ocidental. Estas forças estão sobretudo vocacionadas para funções de ocupação e de polícia;
 - Na Europa Ocidental havia menos de mil aviões operacionais disponíveis, fundamentalmente os utilizados durante a II Guerra Mundial na sua maioria de modelos já obsoletos. Os aeródromos não chegavam a uma vintena e não estavam preparados para receber aviões de reacção; além disso, encontravam-se situados em zonas avançadas e vulneráveis à ameaça agora percebida;
 - Por outro lado, as linhas de comunicação estabelecidas durante o conflito corriam na direcção Norte-Sul e não na de Este-Oeste, como importava na presente conjuntura estratégica;
 - Quanto às forças navais, a situação não era melhor pois terminadas as hostilidades, tinham sido abatidos ao efectivo numerosos navios de guerra e muitos outros colocados em reserva ou convertidos em transportes civis.

Perante este quadro, a preocupação principal dos doze países fundadores era constituir um efectivo sistema de defesa colectiva, capaz de se opor à pressão política e militar exercida pela URSS no cenário europeu. Assim, os países membros vão levantar uma organização militar, estabelecendo uma estrutura de comando unificada entre todos os aliados e iniciando a recuperação, adaptação e modernização das respectivas forças armadas, tirando partido das novas tecnologias, numa perspectiva que combinasse capacidade militar com uma efectiva solidariedade política dentro da aliança, capaz de desencorajar qualquer agressão.

Numa apreciação da contribuição nacional, por parte do Exército, para a Aliança Atlântica ao longo dos seus cinquenta anos, há que ter em consideração os diferentes períodos desde 1949 até à actualidade, identificar as forças que foram cometidas à Aliança, o modo como se desenvolveu o reequipamento e mobilização dos meios materiais e que implicações se podem extrair dessa participação nacional na NATO.

1. A contribuição do Exército para a Aliança cobre três períodos distintos, ao longo dos quais essa participação se vai adequando naturalmente às contingências e às realidades da conjuntura nacional: um período inicial de 1949 a 1961, em que se procura responder, com realismo e segurança, aos objectivos definidos pela Aliança; o período de 1961 a 1976, em que essa participação é influenciada pela condução das operações de afirmação da soberania no Ultramar e, por último, o período de 1976 até à actualidade, marcado pela reestruturação das forças armadas nacionais e naturalmente do Exército e por uma participação empenhada nas múltiplas estruturas, tarefas e missões da NATO.

a. O período inicial até 1961

O início da NATO (1949 a 1952) corresponde a uma fase organizacional da Aliança, marcada pela agressão da Coreia do Norte à Coreia do Sul em 1950, situação internacional que provoca a aceleração da constituição de uma estrutura militar integrada que visa defender a Europa, em solo alemão, o que implica também a necessidade de recuperação da Alemanha, do ponto de vista militar (situação que virá a acontecer em 1955); igualmente é tomada a decisão quanto à constituição do ACE/SHAPE sob o comando do general Eisenhower, seguido do convite em 1951 à Grécia e à Turquia para aderirem ao Tratado, cuja entrada virá a ser formalizada na reunião de Lisboa, em que serão também definidos os objectivos de forças a atingir – colocar à disposição da NATO 50 Divisões, 400 navios e 4.000 aviões.

Embora Portugal, na sequência da reunião de Lisboa, se comprometa a alcançar níveis de forças significativos, tal como os que a Aliança para si própria estabelecera, quer uns, quer outros, revelam-se no curto prazo irrealistas. Em termos nacionais admitia-se uma contribuição que podia atingir para o Exército, nos dois anos seguintes, o levantamento de 4 Divisões. O reconhecimento do irrealismo daqueles objectivos, quer da Aliança, quer nacionais, levará a que a NATO os reveja em 1959.

Pode dizer-se que a partir da decisão política nacional de adesão à Aliança em 1949, começa o esforço da readaptação do exército a essa participação, em termos organizacionais, estruturais e, ainda, no domínio dos armamentos. Contudo, a acção mais visível só terá lugar em 1951 com a decisão do então Ministro do Exército General Abranches Pinto de criar

um campo de instrução militar para o treino das tropas de todas as armas e com capacidade de manobrar com uma grande unidade. Este campo foi inicialmente designado por Campo de Instrução Divisionário.

Reconhecimentos levados a efeito pelo Estado-Maior do Exército, com a cooperação da Direcção da Arma de Engenharia, conduziram à escolha da região de Santa Margarida da Coutada, próximo do Tramagal e a sul do Rio Tejo, para a construção desse campo militar.

A sua execução é atribuída à Engenharia Militar em regime de administração directa, iniciando-se os trabalhos em Maio de 1952. A 1ª fase da construção, que incluiu edifícios de comando e demais infraestruturas e que deveria estar concluída em Julho de 1954, será contudo antecipada para Agosto de 1953, com vista a receber, nesse mesmo ano, uma Divisão de Infantaria e a possibilitar o treino conjunto das tropas de todas as Armas e Serviços. A inauguração oficial do Campo teve lugar em Novembro de 1952, com a presença do Chefe do Estado, General Craveiro Lopes, embora só em Agosto de 1953 o Decreto-Lei nº 39316, de 14 do mesmo mês, crie formalmente o Campo de Instrução Militar de Santa Margarida e estabeleça o seu primeiro Quadro Orgânico (QO).

Em Outubro de 1953 será içada pela primeira vez a Bandeira Nacional no quartelamento da 1ª Divisão do Corpo de Exército Português, destinada a responder aos Objectivos de Força, estabelecidos pela Aliança. Nesse mesmo mês ocorreram as primeiras manobras desta Grande Unidade, para o efeito constituída com forças destacadas de diversas unidades da estrutura territorial do Exército. A Divisão adoptou como patrono D. Nuno Álvares Pereira – o Santo Condestável – sendo conhecida desde então por DIVISÃO NUN'ÁLVARES. A sua organização ficou concluída em 1953, como a 1ª Divisão, com forças fornecidas pelas unidades do Governo Militar de Lisboa e das várias Regiões Militares, tendo o seu Quartel-General sido instalado, inicialmente, no edifício do Estado-Maior do Exército em Lisboa e, em termos de forças, articulando-se do seguinte modo:

- 1 Quartel-General (QG);
- 3 Regimentos de Infantaria (RI) reforçados com 1 Esquadrão de Carros de Combate (ECC) cada;
- 1 Grupo de Artilharia de Campanha de 14 cm (GAC 14 cm);
- 1 Grupo de Artilharia Anti-Aérea de 4 cm (GAAA 4 cm);
- 1 Grupo de Carros de Combate (GCC);

- 1 Esquadrão de Reconhecimento (ERec);
- 1 Batalhão de Engenharia (BEng);
- 1 Companhia de Transmissões (CTm);
- 1 Batalhão Sanitário (BSan);
- 1 Companhia de Quartel-Mestre (C de Quartel-Mestre);
- 1 Companhia de Manutenção de Material (CMM);
- 1 Companhia de Polícia Militar (CPM);
- 1 Companhia de Recompimento (CRecpl);
- 1 Banda de Música.

De referir que o QO da Divisão, publicado em 9 de Setembro de 1953, apontava para um efectivo de 18.773 homens, podendo aumentar até 20.000 homens, considerando outras tropas de apoio.

Em 28 de Maio de 1954 a Divisão passa a designar-se por 2.^a DIV/CEP e nos meses de Setembro e Outubro desse ano realiza importantes manobras no Campo de Instrução Militar de Santa Margarida (CIM).

A localização do Comando da Divisão em Coimbra e a distância a que as unidades constituintes se encontravam do CIM foram causas determinantes de nova reorganização, por se ter concluído que as possibilidades de instrução e treino oferecidas pelo CIM, em especial para Grandes Unidades, só poderiam ser bem aproveitadas por forças aquarteladas nas suas proximidades. Assim, em Dezembro de 1954 os encargos de mobilização passaram na sua maior parte para unidades da 3.^a Região Militar, com sede em Tomar, adoptando-se para a esta GU a designação de 3.^a Divisão, destinada à satisfação dos compromissos assumidos com a NATO, sendo atribuída à data, como reserva do Comando do Centro da Europa. Nas manobras realizadas no 2.^o semestre de 1955 a referida GU actuou já sob a sua nova designação.

As manobras continuaram de 1956 até 1959, podendo dizer-se que este foi o período áureo da organização e treino da Divisão e do profundo empenhamento na satisfação dos compromissos assumidos para com a Aliança. Em 1959 iniciou-se a reestruturação da 3.^a Divisão, no sentido de uma organização tipo "LANDCENT", articulando-se em brigadas e revendo-se o necessário apoio logístico da GU. A preparação das manobras de 1960 aponta para uma diminuição das forças executantes (apenas uma brigada) tendo em vista testar unicamente a nova organização. As mano-

bras daquele ano foram realizadas por uma Brigada de Infantaria, já com orgânica da Divisão tipo "LANDCENT", organização que virá a ser adoptada nos exercícios de Postos de Comando e em outros Temas Táticos, conduzidos a partir de 1961. No entanto, o início da guerra do Ultramar virá alterar este ciclo de preparação e de participação portuguesa no reforço militar da NATO, uma vez que o esforço do empenhamento militar nacional vai concentrar-se em África.

De referir também que no período de 1953 a 1956 é criada uma missão do SHAPE em Portugal, constituída por três oficiais encarregados de canalizar para o Exército elementos de doutrina, quer para a formação de quadros, quer para a realização de exercícios (preparação de temas, controlo e arbitragem). Estes três oficiais (um Cor e dois TCor dos EUA e do RU) funcionaram como assessores: um junto do então Secretariado Geral da Defesa Nacional (SGDN); outro em Caxias, junto do IAEM e outro no Campo de Instrução Militar de Stª Margarida. Esta assistência proporcionada pela Aliança no domínio da formação da "doutrina comum" ficou conhecida na altura como "Missão SHAPE", embora a sua existência seja pouco referida e o registo da sua actuação seja praticamente omisso e se baseie na memória de oficiais que à data prestavam serviço naqueles organismos, caso do General Pedro Cardoso e Brigadeiro Marques Pinto.

b. O período de 1961 a 1976

Em 1961 é tomada a decisão de não realizar as habituais manobras de Verão, nem mesmo o exercício de Postos de Comando em sua substituição, como seria normal em situações semelhantes (decisão do SGDN, de 23-6-1961).

A situação que se vive em África é determinante para a alteração que se irá processar, quer quanto à participação na Aliança quer quanto ao treino das Tropas e à reorientação do esforço militar da Europa para o continente africano – o Exército durante os próximos 15 anos vai continuar a usar o Campo Militar de Stª Margarida como campo de instrução privilegiado para o treino das tropas, mas com cenários distintos: o "terreno" já não é o centro da Europa, mas sim os teatros africanos e a organização já não é a anterior nem a preparação para a guerra convencional e nuclear, mas sim aquela que responde às exigências da contra guerrilha.

Com o eclodir de acções violentas no Ultramar, a partir de Fevereiro de 1961, Portugal vê-se obrigado a fazer frente a essas acções, reforçando o seu dispositivo militar nos territórios africanos. Com a missão genérica de proteger populações e de manter a ordem pública foram organizadas, para além de elementos isolados, unidades de escalão Batalhão, Companhias e Pelotões Independentes, unidades que, até 1974 e num sistema de comissão de serviço de dois anos, actuaram nos teatros de operações de Angola, Moçambique e Guiné e guarneceram ainda as outras províncias ultramarinas.

Desta situação resultou o abrandamento de preparação das tropas da Divisão para o ambiente operacional convencional e NBQ. Em compensação, a preparação para a actividade da contra-subversão e contra-guerrilha atingiu índices elevados, designadamente no que diz respeito às Tropas Especiais (Caçadores Especiais, Páraquedistas e Comandos). Apesar dos constrangimentos referidos, foi ainda possível realizar, em 1962 e 1963 alguns exercícios directamente orientados para a contribuição de Portugal para a NATO, exercícios de carácter sectorial, como sejam a cooperação Infantaria-Carros, de cooperação/apoio de fogos, Infantaria-Artilharia e, também, com Agrupamentos de armas combinadas, beneficiando de apoio de fogo real.

c. O período de 1976 até à actualidade

Terminadas as operações nos teatros africanos e concretizada a independência dos territórios ultramarinos portugueses, foi possível retomar o empenhamento nos compromissos internacionais que, em boa verdade, Portugal sempre procurara cumprir mesmo em condições difíceis, quer do ponto de vista político, quer militar, embora com os condicionamentos referidos.

Vamos assim assistir, durante este período, a uma participação progressivamente mais empenhada nos objectivos da Aliança e, dentro da organização, na defesa dos interesses nacionais.

Durante o período em análise, a participação de Portugal na Aliança vai ganhar um incremento significativo, pois a 9 de Fevereiro de 1976 é criada a 1ª Brigada Mista Independente no CIMSM, que herda as tradições e o património histórico da 3ª Divisão e passa a constituir reserva estratégica regional do Comando Sul da Europa (CINCSOUTH).

A intenção de substituir a 3ª Divisão por outro tipo de GU, mais adaptado às realidades estratégicas e militares do Teatro europeu remonta, como atrás foi referido, a 1960, data em que se testou a organização e possibilidades tácticas e logísticas da Brigada “tipo LANDCENT”. No entanto, a criação daquela Brigada Mista somente se concretiza com o despacho de 9 de Fevereiro de 1976, do Chefe do Estado-Maior do Exército que determinou a constituição urgente de um comando de Brigada. A 5 de Abril daquele ano a unidade passa a ser designada por 1ª Brigada Mista Independente (1ª BMI) constituindo-se como uma GU, que integra elementos de manobra, de apoio de combate e de apoio de serviços, além dos indispensáveis meios de comando e controlo.

A 1ª BMI passa a ser a primeira unidade de escalão superior, organizada no Exército com uma estrutura orgânica apropriada às necessidades actuais; a infantaria está representada a nível de Batalhão, por unidades com diferentes graus de mobilidade – motorizadas e mecanizadas –, dispõe de um Batalhão de Apoio de Serviços, que lhe faculta a necessária independência logística e dos elementos de Apoio de Combate que, em regra, eram orgânicos do escalão superior e que, nesta situação, lhe conferem uma autonomia táctica que possibilita o seu emprego como uma “pequena” Divisão.

A 17 de Março de 1994, por despacho do Gen CEME esta Brigada passará a designar-se por Brigada Mecanizada Independente, com efeitos a partir de 12 de Outubro de 1993, altura em que se concretizou a sua reorganização e reequipamento, no que toca aos batalhões de infantaria que passaram a ser dois e totalmente mecanizados.

A 1ª BMI irá, a partir da sua constituição, participar em diversos Exercícios conjuntos de âmbito NATO, deslocando forças para Itália, para treino no âmbito da missão que lhe está atribuída. A referida unidade será atribuída ao SACEUR e, na dependência do AFSOUTH, é orientada para a defesa de uma área de operações no Norte de Itália, integrada nos III ou V CE do exército italiano, no quadro do planeamento operacional do LANDSOUTH.

Em 1991 a NATO aprovou um novo conceito estratégico, que estabelece uma nova estrutura de forças mais consentânea com as realidades da conjuntura estratégica do momento. As forças convencionais da Aliança passam a ser organizadas em Forças de Reacção (Reaction Forces) Imediata e Rápida, com unidades que possam configurar uma primeira resposta da NATO perante uma situação concreta, Forças de Defesa

(Main Defense Forces) orientadas para garantir a defesa da Aliança como um todo e Forças de Aumento, (Augmentation Forces) destinadas ao reforço do conjunto das forças atrás referidas.

Em consonância com aquela reestruturação, a atribuição de forças nacionais do Exército à Aliança, passou a ser a seguinte:

- Forças de Reacção Imediata: Um Destacamento de Operações Especiais (DOE/CIOE) para integrar a AMF(L); Elementos de Polícia Militar;
- Forças de Reacção Rápida: Brigada Aerotransportada Independente (BAI/CTAT); Elementos de Polícia Militar; Especialistas Diversos para o QG do ARRC;
- Forças de Aumento: Brigada Mecanizada Independente (BMI).

Para além da atribuição de Forças, o Exército integra com oficiais, sargentos e praças, a representação nacional, quer no SHAPE em Mons, quer no Quartel General da NATO em Bruxelas, quer no Comando do ACE Rapid Reaction Corps (ARRC); igualmente preenche as “cotas” atribuídas, no Estado Maior Militar Internacional, “IMS” da Aliança, representação que tem incluído oficiais generais, como acontece na actualidade, com o cargo de Chefe do “Combined Joint Planning Staff”, no SHAPE.

Em Dezembro de 1998, estavam no estrangeiro, em cargos militares NATO (Representação nacional, SHAPE, IMS, e outros), um total de 20 militares do Exército, sendo 2 Oficiais Generais, 13 Oficiais, 4 Sargentos e 1 Praça.

Paralelamente, o Exército participa em diversos Comitês e Grupos de Trabalho, relacionados com a evolução da doutrina, desenvolvimento de novos conceitos e capacidades, designadamente no “NATO Army Armaments Group – NAAG” e seus Sub-Grupos, onde são debatidas questões relacionadas com os desafios do campo de batalha e do combate do futuro e as exigências da sua resposta, no âmbito das forças terrestres.

2. A PROBLEMÁTICA DO REEQUIPAMENTO

Relativamente ao material para a Divisão e, de uma forma geral para o Exército, a partir de 1940 os equipamentos de defesa são obtidos através

de acordos bilaterais, no âmbito da assistência militar. Em 1940, provenientes de Itália, chegam o Obus de Montanha M 7,5 cm / 18m / 40 e Peças AA 4 cm/m 40 Bofors. Em 1941 são recebidos da Alemanha os Obuses K 10,5 cm/28/941 e 15 cm/30/941. Em 1942, provenientes do Reino Unido, são obtidos os Autoblindados Bren Carrier m/942 e mais Peças AA 4 cm /42; no ano seguinte e da mesma origem, chegam os Carros de Combate CC Valentine KK III m/43, Autometralhadoras Humber m/43, Canhões A/C 5,7cm/43 e Obuses 8,8cm/43 e 14cm/m43. Em 1944 é iniciada a instalação da Artilharia de Costa, com a chegada das Peças de 15,2cm/47 m/44 e as de 23,4cm/47 / m44 e, também, as Peças de Tiro Rápido 5,6cm / 48/44 e 5,7cm/49/44. O armamento mais significativo volta a ser obtido a partir do Reino Unido em 1946, com a chegada ao Exército das Peças de 11,4cm/m46 e mais Obuses 8,8cm/m46.

Estas eram, portanto, as existências de material de artilharia e de blindados no Exército, quando em 1952 se iniciou o processo de organização das Unidades destinadas ao levantamento da Divisão e à satisfação dos compromissos NATO.

Directamente ligado à problemática do reequipamento nacional e à posição dos EUA, relativamente a esta matéria, importa referir a constituição em Portugal da "Military Assistance Advisory Group (MAAG) que, em 1951, pelo lado americano, tinha a missão de coordenar os programas de ajuda militar.

Mais uma vez e com base em acordos de assistência mútua e ajuda externa, desta vez da parte dos EUA e Canadá, vão ser recebidos diversos materiais; em 1952, os CC 44 t M/47 M/52, as Peças AA 4cm (M1-Am) m / 952, e os Canhões SR 5,7 cm / m52 e SR 7,5 cm / m/52, mais diversos tipos de Morteiros.

Em 1953 são recebidas Metralhadoras Quádruplas AA CMK 20mm / m53 e M 55 12,7mm / m 53 e, nos anos seguintes (1954 e 1956), o Auto-Obus 8,8 m Lagartas / m 54 e os Canhões SR M 40/40 A1 10,6cm / m 956.

O período das operações em África corresponde a um abrandamento deste esforço, virando-se as prioridades do reequipamento para as novas missões do Exército e para as exigências dos TO em que este passa a estar empenhado.

A organização da Brigada em 1976 reinicia um novo ciclo de esforço de reequipamento, que virá a ser obtido na sua maior parte com a ajuda dos países da NATO sendo recebido por fases e de maneira coordenada com a formação dos especialistas para operar aqueles sistemas de armas.

Essa ajuda será proveniente da República Federal da Alemanha, da Itália, do Reino Unido, dos EUA, do Canadá e da Noruega. No âmbito desses planos de ajuda, aprovados e aceites pelo nosso país, chegaram a Portugal em 15 de Junho de 1976 as primeiras 20 viaturas blindadas de transporte de pessoal (VBTP) M 113 A1 e, em 28 do mesmo mês, os primeiros 5 carros de combate (CC) M 48 A5.

Posteriormente a essa data foram recebidos vários tipos de obuses de 10,5 cm e 15,5 cm, lança-granadas, mísseis anti-carro, etc, e concluído fornecimento dos CC M48 A5 e M113 A1.

Nos anos oitenta o reequipamento passa a ser equacionado em termos sistémicos ou seja, no quadro da modernização geral do Exército e dando resposta ao planeamento de defesa que se concretiza em Objectivos de Força. A aprovação das Leis de Programação Militar (LPM), 1ª Lei de 1987 a 1991, 2ª Lei de 1993 a 1977 e a Lei actual, para vigorar no período inicial de 1998 a 2003, com revisão bienal, irão constituir as fontes fundamentais de financiamento do reequipamento. A concretização do sistema de armas que, no quadro estratégico militar nacional aprovado e fruto da compatibilização entre objectivos de forças da Aliança e objectivos de forças nacionais, o Governo decida prosseguir, constitui um grande objectivo a atingir, através da execução dos financiamentos atribuídos.

A par das LPM, o reequipamento é também considerado no âmbito dos créditos "Foreign Military Sales – FMS" e da "Southern Region Amendment – SRA", decorrentes de uma relação bilateral que, neste domínio, se tem desenvolvido com os EUA e do acordo de defesa estabelecido com este aliado.

Na actualidade materializam os grandes sistemas de armas, o equipamento de defesa colocado à disposição das BMI e Brigada Aerotransportada Independente – BAI, Grandes Unidades com responsabilidade NATO, designadamente os meios blindados e CC M 60A3 TTS/M92, viaturas blindadas de Rodas e Autometralhadoras Panhard, viaturas de Reconhecimento, Comando V-150 e Autoblindados Chaimite, os obuses AP 15,5 M 109A5 e obuses 10,5cm /30M119M/98, o Sistema Missil AA AP M48A2 Chaparral M90, os mísseis AA MANPAD Stinger e Sistema Metralhadora Bitubo AA 20 mm M81, os Sistemas de Vigilância de Campo de Batalha e os Sistemas C3I; no curto prazo, prosseguem as diligências com vista à aquisição dos meios Hélic para o Exército, dos Radares de AA PSTAR, dos Radares de Localização de Armas AN/TPQ-36 e de novos Sistemas de Informação e Apoio à decisão.

3. A PARTICIPAÇÃO EM EXERCÍCIOS NO ÂMBITO DA ALIANÇA

A Divisão tem uma primeira experiência de treino com exércitos estrangeiros no exercício de Postos de Comando "LION NOIR", que decorre na Alemanha, na região de Schweinhein de 15 a 27 de Março de 1957, tendo a Divisão sido integrada no VII CE dos EUA. Esta experiência repete-se em 1959, de 17 a 25 de Setembro, também na Alemanha e a Divisão volta a integrar o VII CE do EUA na região de Stuttgart, no âmbito do exercício de Postos de Comando, "SIDE STEP".

A partir de 1979 e até 1990, a BMI vai participar em Itália, nos Exercícios "Display Determination". Também no âmbito da Aliança, o Exército tomou parte, desde a mesma data até 1993, nos anos ímpares, igualmente nos exercícios "WINTEX-CIMEX" e nos exercícios específicos de Artilharia de Campanha, a série "Ardent Ground".

A partir de 1992 a participação em Exercícios NATO é significativamente incrementada, não só pela BMI, mas também pela BAI e pelo Centro de Instrução de Operações Especiais - CIOE (Exercícios "Sea Soldier", série "Dynamic" e série "Adventure Express - Ace Mobile Force (L)", para referir os mais significativos.

Em 1997/98 teve lugar o exercício "Strong Resolve 98", o maior exercício levado a cabo pela NATO nos últimos anos, em que se testaram aspectos do novo conceito CJTF e em que se atribuíram a Portugal responsabilidades de planeamento e condução em áreas específicas no âmbito terrestre, naval, aéreo e também no âmbito das operações especiais.

Na actualidade pode dizer-se que a participação nacional nos vários exercícios no quadro da Aliança, decorre em paralelo com os exercícios de âmbito nacional, constitui uma actividade normal da preparação das tropas e do intercâmbio com os exércitos aliados, planeada, programada e orçamentada para cada ano, no contexto geral de treino operacional da componente operacional do Sistema de Força Nacional (SFN), sob a responsabilidade do Comando Operacional das Forças Terrestres (COFT). Nesta conformidade, está prevista a participação do Exército durante o ano de 1999, nos seguintes exercícios NATO, com as seguintes Unidades: no "Adventure Exchange 99", em Itália, com o CIOE; no "Ardent Ground", em Espanha com a BAI; no "Adventure Express (no âmbito da AMF-L)", na Turquia com o DOE/CIOE.

Igualmente no âmbito da formação, o Exército tem enviado, praticamente em permanência, quadros para a frequência de cursos e estágios, quer no Colégio de Defesa da NATO em Roma, quer na "NATO School" (SHAPE), em Oberammergau, na Alemanha.

4. A PARTICIPAÇÃO NAS OPERAÇÕES CONDUZIDAS PELA ALIANÇA – IFOR E SFOR

Durante o Outono de 1995 teve lugar na ex-Jugoslávia o acordo de paz negociado entre as várias partes, que conduzirá ao Acordo de Dayton (Dayton Peace Agreement) assinado em Dezembro desse ano.

A partir deste acordo vai caber à Aliança a constituição de uma força militar, composta por todos os países membros e mais dezanove países não-NATO, com vista a implementar os aspectos militares do acordo, a "Implementation Force – IFOR".

Esta Força vem a ser substituída, em Dezembro de 1996, pela "Stabilisation Force – SFOR", igualmente da responsabilidade da NATO, constituída numa perspectiva de prevenir o reinício das hostilidades e consolidar os progressos no domínio da estabilidade e da paz conseguida até à data e fornecendo, ainda, algum apoio às Organizações Cívicas e Não-Governamentais de carácter humanitário, ou de ajuda à reconstrução, presentes na zona. Em Fevereiro de 1998 a contribuição para esta Força, era de 22 países não-NATO.

A contribuição nacional para aquelas forças NATO (IFOR e SFOR) consta do quadro abaixo indicado, constituindo o AGR ALFA/BAI a unidade prevista para render a que presentemente se encontra no TO da Bósnia-Herzegovina.

FND no TO da Bósnia-Herzegovina

FND	OPERAÇÃO MOBILIZADORA	UNIDADE	PERÍODO EFECTIVO	MISSÃO
2º BIAT	IFOR	CTAT/BAI	16JAN96 a 12AGO96	917
3º BIAT		CTAT/BAI	12AGO96 a 10FEV97	917
1º BIMec	SFOR	CMSM/BMI	10FEV97 a 30JUL97	319
2º BIMec		CMSM/BMI	30JUL97 a 14JAN98	319
1º BIAT		CTAT/BAI	14JAN98 a 15JUL98	319
AgrALFA/BL		BLI	15JUL98 a 12JAN99	319
3º BIMoto		CMSM/BMI	12JAN99 a JUL99	320
Un Esc Bat (a)		CTAT/BAI	JUL99 a JAN00	320 (a)

(a) Previsão

Em termos globais o efectivo de militares do Exército que integraram as Unidades participantes na IFOR e SFOR e outras contribuições no âmbito da NATO, como sejam os observadores, pessoal especializado e equipas médicas, encontra-se discriminado por Oficiais, Sargentos e Praças, com dados referidos a 31 de Janeiro de 1999, no quadro que a seguir se indica.

Pessoal Militar participante nas forças IFOR e SFOR

	OFICIAIS	SARGENTOS	PRAÇAS	TOTAL
IFOR	109	264	1322	1695
SFOR	173	343	1170	1686
Equipas Especializadas (a)	7	6	14	27
Observadores	62	-	-	62
Equipas Médicas	8	8	-	16
Totais parciais	359	621	2506	3486

(a) De acordo com as necessidades das Forças Nacionais Destacadas (FND), em termos específicos e em situações conjunturais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Numa avaliação da importância para as Forças Armadas nacionais, da participação na NATO, pode dizer-se que esta foi determinante em todo o processo de reestruturação e modernização conduzido até à actualidade. A entrada para a estrutura militar integrada marca, no caso do Exército, a adesão às doutrinas militares anglo-saxónicas, a uma profunda reformulação do ensino militar e utilização das técnicas de estado-maior, a par do planeamento, controlo e avaliação do treino operacional, através da montagem de temas e exercícios. Em termos estruturais e organizacionais essa transformação reflecte-se na resposta às necessidades colocadas pelas operações militares em África e na sua sustentação, durante treze anos em três teatros distintos; a relativa facilidade e prontidão com que se mobilizaram, prepararam e sustentaram as tropas neste período, muito se ficou a dever à experiência adquirida quer no âmbito das actividades de estado-maior, quer na área de instrução e gestão de pessoal, aspectos praticados durante todo o período de organi-

zação, treino e mobilização de pessoal, inerentes à preparação da Divisão e à sua sustentação quer em exercícios, quer na actividade ordinária. Igualmente os padrões de instrução, treino e avaliação operacional adoptados, são idênticos aos praticados na Aliança, o que nos permite uma natural integração, quer nos comandos multinacionais da NATO, quer nos seus exercícios quer, como ultimamente se verificou, no âmbito operacional. Também no domínio da modernização do equipamento de defesa importa referir que a adesão à Aliança vai ter implicações significativas, sendo de realçar que a partir de 1977 e em todos os anos subsequentes, a NATO irá apoiar e incentivar a assistência dos países membros no sentido da modernização das Forças Armadas Portuguesas. Pode dizer-se que as expectativas, quer da Aliança, quer dos nossos parceiros, em relação à nossa contribuição e participação nas diversas estruturas não terão sido defraudadas. O Exército sempre que foi chamado a essa participação fê-lo com profissionalismo, competência e de forma prestigiante, seja na preparação das forças que participaram em exercícios ou na condução destes, em que a participação nacional no Exercício "Strong Resolve 98", constituiu exemplo significativo; seja na integração de unidades operacionais das três brigadas do Exército, na IFOR e SFOR, as quais desde 1996 têm desenvolvido uma actuação que tem merecido as melhores referências no domínio da sua preparação específica, para a missão atribuída no TO da Bósnia-Herzegovina. O Comandante do ARRC, Ten Gen Sir Michael Walker, referia em 31 de Outubro de 1996, "o vosso profissionalismo e sensibilidade tem ajudado a manter e ampliar as condições necessárias à paz, particularmente na área e regiões limítrofes da bolsa de Gorazd". Também o SACEUR, Gen Lesley K. Clark referia em 25 de Março de 1998, "o nosso agradecimento pelo excelente trabalho realizado em prol da paz na Bósnia". Quanto ao relacionamento com as populações, a Revista "Terre" do Exército Francês, apontava o Batalhão Português, como "o batalhão da proximidade e do contacto directo das populações, em apoio dos civis da Bósnia". Igualmente o Alto Representante do Secretário-Geral da ONU, para a Bósnia-Herzegovina, Carlos Wastendorp afirmava em 11-6-98, "Ao Batalhão Português, que tanto está fazendo para ajudar este bom povo, os meus agradecimentos e afecto". Uma última referência ao facto de, na Cimeira de Washington em Abril de 1999, a Aliança ir comemorar o seu 50º aniversário e, mais do que celebrar o seu passado e realçar os objectivos atingidos, ir definir a sua postura estratégica para o futuro próximo.

É neste novo quadro estratégico de referência que a contribuição, não só do Exército, mas em termos nacionais, terá de ser considerada.

A Aliança vai iniciar um novo ciclo da sua existência, com um novo Conceito Estratégico, com uma nova estrutura militar integrada, uma nova estrutura de Comandos e de Forças, a par da implementação do conceito CJTF e de um processo de alargamento concretizado a três novos países (Hungria, Polónia e República Checa). Por outro lado, institucionalizou as relações com a Rússia através do "Permanent Joint Council (PJC)" e com a Ucrânia, pela "NATO-Ukraine Commission (NUC)" e aprofundou a Parceria para a Paz – PFP, através do estabelecimento do "Euro-Atlantic Partnership Council-(EAPC)", utilizando este conselho até ao máximo das suas potencialidades que, à data, reúne representantes de 44 países, numa base regular. Por último, iniciou o diálogo com seis países do Mediterrâneo (Egipto, Israel, Jordânia, Mauritânia, Marrocos e Tunísia) num programa em evolução de aprofundamento dos contactos, consultas e cooperação, a par da procura da afirmação da IESD no seio da NATO e de uma relação cada vez mais estreita com a UEO, com a UE, com o Conselho da Europa, com a OSCE e com as Nações Unidas.

Neste quadro de referência esgotaram-se definitivamente os tradicionais argumentos nacionais dentro da Aliança, relativamente a outros parceiros, tais como "somos membros fundadores", que "pertencemos à estrutura militar integrada", o realçar do facto de "termos um Comando NATO, no Território Nacional" e, ainda, a "especificidade da nossa vocação Atlântica". A partir de agora a visibilidade política e militar na nova NATO (que nos corredores de Bruxelas, passou a ser apontada como uma "organização" que, "da antiga, apenas ou quase, só guarda o nome"...), baseia-se em aptidões, capacidades, eficácia, qualidade da presença e oportunidade das participações nacionais, a par da noção exacta dos interesses que se pretende prosseguir.

Este será, sem dúvida, o grande desafio que configurará a contribuição nacional, quer política quer militar, para as tarefas futuras da Aliança Atlântica do pós 2000.

BIBLIOGRAFIA

CARDOSO, Gen Pedro A., "As Informações em Portugal", Ed. Nação e Defesa, IDN, Lisboa, 1980

“Cronologia Geral”, ISCSP/AICP, da Separata do Vol VII Estratégia, Lisboa, 1995

MIGUEL, Gen Mário Firmino, “Portugal, a Espanha e a NATO”, in *Separata da Revista Militar*, Lisboa, 1979.

RAMALHO, Cor J.L.Pinto, “A Estratégia de Futuro da NATO e a posição de Portugal”, ISCSP, in *Separata da Edição Estratégia*, Lisboa, 1992.

“Evolução do Conceito Estratégico da NATO”, IAEM, NC 70-50-12, Lisboa, 1989.

TELO, António José, *Portugal e a NATO*, Edições Cosmos, Lisboa, 1996.

AAVV, “Trinta Anos de Contribuição do Exército Português para a NATO”, EME, Lisboa 1983.

AAVV, “Dez anos de Actividade da Divisão Nun’Álvares (1953-1963)”, EME-AHM, Lisboa, 1982.

AAVV, “Subsídios Para o Estudo do Esforço Militar Português na Década de 50 – Os Compromissos com a OTAN”, I e II Volumes, EME, Lisboa, 1988.

AAVV, “Anuário da BMI/CMSM”.

AAVV, Boletins da Arma de Artilharia, 1949 a 1960.

Dados Estatísticos disponibilizados pelo EME (Divisão de Operações, Divisão de Logística, Divisão de Pessoal e Divisão de Planeamento e Programação).